PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

PROJETO DE LEI Nº 450/2026

AUTORES:DEPUTADO PAULO GOMES

EMENTA:

CONCEDE O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO PROJETO SOCIAL VILA NOVA, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 450/2026

PROJETO DE LEI Nº 450/2026

Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Projeto Social Vila Nova, com sede no Município de São José dos Pinhais.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Projeto Social Vila Nova, com sede no Município de São José dos Pinhais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 4 de maio de 2026.

PAULO GOMES

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por finalidade declarar de utilidade pública estadual a **Associação Projeto Social Vila Nova**, entidade civil sem fins lucrativos, sediada no Município

de São José dos Pinhais, que desenvolve relevante trabalho social, esportivo e educacional em favor de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Ao longo de sua trajetória, a instituição consolidou-se como importante instrumento de transformação social, atendendo gratuitamente centenas de crianças e jovens, promovendo inclusão social, incentivo à permanência escolar, formação cidadã, disciplina, saúde e desenvolvimento esportivo, além de oportunizar a inserção de atletas em categorias de base e no esporte profissional.

A atuação contínua, séria e socialmente relevante da entidade evidencia o inequívoco interesse público de suas atividades. Ademais, além de plenamente merecedora do reconhecimento ora proposto, a instituição comprova o atendimento integral aos requisitos previstos na legislação estadual aplicável para a concessão do título de utilidade pública, conforme documentação regularmente apresentada.

Diante da expressiva contribuição prestada à comunidade paranaense e da plena conformidade legal de sua constituição e funcionamento, a presente proposição revela-se plenamente justificada, razão pela qual se espera seu integral acolhimento.

DEPUTADO PAULO GOMES

Documento assinado eletronicamente em 05/05/2026, às 12:38, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **450** e o código CRC **1A7A7C7C9E9E5AE**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
81.395.154/0001-21 **MATRIZ**		**13/07/1990**

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO PROJETO SOCIAL VILA NOVA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
93.19-1-99 - Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R DAS PISCINAS	**326**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
83.070-358	**ROSEIRA DE SAO SEBASTIAO**	**SAO JOSE DOS PINHAIS**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
SONIACAIRIS@HOTMAIL.COM	**(41) 3385-7098**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**28/05/2021**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **13/07/2024** às **15:55:42** (data e hora de Brasília).

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO PROJETO SOCIAL VILA NOVA
CNPJ: 81.395.154/0001-21

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:57:44 do dia 23/12/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 21/06/2025.
Código de controle da certidão: **8A3E.0C04.72C2.E30E**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais
Secretaria Municipal de Finanças
Departamento de Licenciamento

Alvara de Localizacao e Funcionamento

Localização e Funcionamento

Identificação

Razão Social: **ASSOCIACAO PROJETO SOCIAL VILA NOVA**
CNPJ: **81.395.154/0001-21** Protocolo: **SJP2501077**
Insc. Municipal: **99770** Data de abertura: **21/12/2022**

Localização

Logradouro: **RUA das Piscinas**
Número: **326** Insc. Imob.: **1359000040000**
Bairro: **Roseira de São Sebastião** CEP: **83070-358**

Lista de Atividades - CNAE/CBO

9430-8/00 - ATIVIDADES DE ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS
9499-5/00 - ATIVIDADES ASSOCIATIVAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
9319-1/99 - OUTRAS ATIVIDADES ESPORTIVAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
9493-6/00 - ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS LIGADAS À CULTURA E À ARTE
9319-1/01 - PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS

Observação

Atividade adequada de acordo com a Lei Municipal Complementar 107/2016
Proibido o uso da área pública para carga/descarga e estacionamento permanente.

Posturas e Requisitos de Validade: este Alvará é válido enquanto todas as posturas estiverem em validade

Local	Situação	Emissão	Validade
Secretaria Municipal do Meio Ambiente (33800500)	Deferido	21/12/22	21/12/26
Corpo de Bombeiros. (Alto Risco)	Deferido	22/04/25	16/04/26

Ciência e Responsabilidade

O Alvará é emitido considerando a Ciência e Responsabilidade do empresário ou responsável legal pela sociedade, no qual este declara, sob as penas da lei, que irá observar durante o funcionamento e exercício das atividades econômicas solicitadas e autorizadas pelo Município, o cumprimento das normas de segurança sanitária, ambiental, prevenção contra incêndio e demais obrigações constantes nas Legislações Municipais, Estaduais e Federais.

A guia para recolhimento da Taxa de Alvará referente a TLL – Taxa de Localização e Funcionamento e TLS – Taxa Licença Saúde encontra-se disponível no link:

https://financas.sjp.pr.gov.br/socioEconomicoGateway/#/guia
O vencimento da primeira taxa está programado para 30 dias a partir da liberação do Alvará de Localização e Funcionamento, as taxas de renovação terão seu fato gerador no primeiro dia de cada ano.

Atenção

- Fixar este Alvará em local visível;
- Qualquer alteração nos dados acima descritos, deverá ser comunicada à seção competente no prazo regulamentar.
- Esta concessão poderá ser cassada a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do estabelecimento, ou ainda quando o estabelecimento por sua atividade interferir o sossego público.

PROJETO SOCIAL

VILA NOVA

ASSOCIAÇÃO PROJETO SOCIAL VILA NOVA

CNPJ: 81.395.154/0001-21

---

1. Declaração de Não Remuneração de Diretoria / Interesse Público

DECLARAÇÃO

Eu, ***Luiz Renato Silverio Novakoski***, brasileiro, casado, Motorista, portador do RG nº 6791497-0 SESP-PR e inscrito no CPF sob o nº 024.793.849-18, na qualidade de ***Presidente*** da ***ASSOCIAÇÃO PROJETO SOCIAL VILA NOVA***, inscrita no CNPJ sob o nº 81.395.154/0001-21, declaro para os devidos fins de direito, em conformidade com o ***Art. 2º, VI da Lei Estadual nº 17.826/2013***, que:

- Os cargos de diretoria desta instituição ***não são remunerados***.
- A instituição presta ***serviço de relevante interesse público*** à coletividade.

Por ser a verdade, firmo a presente.

São José dos Pinhais, 28 de abril de 2026.

gov.br
Documento assinado digitalmente
LUIZ RENATO SILVERIO NOVAKOSKI
Data: 28/04/2026 12:24:43-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Luiz Renato Silverio Novakoski

Presidente

Associação Projeto Social Vila Nova

Documento original a ser apresentado em cartório para reconhecimento de firma.

Lei nº 4.803, de 2 de setembro de 2025

Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação Projeto Social Vila Nova (APSVL).

A Câmara Municipal de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a Associação Projeto Social Vila Nova (APSVL), pessoa jurídica de direito privado, em forma de associação, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ de n.º 81.395.154/0001-21, com sede na Rua das Piscinas, n.º 326, CEP 83070-360, Roseira, São José dos Pinhais, Paraná.

Art. 2º A entidade referida no art. 1º desta Lei deverá apresentar, até o dia 30 de abril de cada ano, ao órgão competente da Prefeitura Municipal respectivo à sua área de atuação, relatório circunstanciado dos serviços prestados à coletividade no ano anterior.

Art. 3º Esta Lei será revogada quando a entidade beneficiada:

I - não requerer perante o Município a expedição do necessário alvará de licença, no prazo de 30 (trinta) dias, contatos da data de sua publicação;

II - não requerer renovação de alvará de licença, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do seu vencimento;

III - substituir os fins estatutários ou negar-se a prestar serviços neles compreendidos;

Prefeitura de São José dos Pinhais
Diário Oficial Assinado Digitalmente
Diário Oficial Eletrônico

IV - quando a entidade alterar sua razão social ou denominação e não solicitar à Câmara Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias contados do registro público, a necessária alteração desta Lei.

Parágrafo único. Em atendimento ao disposto no inciso IV, deste artigo, a entidade encaminhará a alteração estatutária e a ata de eleição da diretoria em exercício do mandato à comissão permanente temática desta Câmara Municipal correspondente à área de atuação da entidade, que elaborará o projeto de Lei respectivo.

Art. 4º Ocorrerá suspensão dos efeitos desta Lei quando a entidade deixar de apresentar até 30 de abril de cada ano, ao órgão competente da Prefeitura Municipal respectivo à sua área de atuação, relatório detalhado dos serviços prestados à coletividade no ano anterior.

Art. 5º Os casos de revogação e suspensão referidas nos arts. 3º e 4º desta Lei serão publicados no Diário Oficial do Município, sendo que, para os casos de suspensão, ficarão cessados os direitos decorrentes da presente Lei, os quais serão reestabelecidos, sem efeito retroativo, após a apresentação do relatório detalhado de atividades.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de São José dos Pinhais, 2 de setembro de 2025.

Margarida Maria Singer
Nina Singer
Prefeita Municipal

VRC 300 R$ 24,90
FUNREJUS R$ 11,07

Ata de Assembleias Geral Ordinária, Associação Projeto Social Vila Nova, realizada no dia dezessete de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, na rua: das piscinas, 326, Bairro Roseira de São Sebastião, São Jose dos Pinhais - PR, CEP: 83070-358. Com início às dezesseis horas e quinze minutos, reuniram se os moradores e membros da Associação Projeto Social Vila nova, em Assembleias Geral Ordinária, conforme edital de Convocação expedido pela UNAM – União de Associações de Moradores e Entidades Sociais, em conjunto com a comissão provisória da Associação Projeto Social Vila nova, para tratar dos seguintes assuntos; 1º Aprovação da Prestação de Contas Gestão Anterior; 2º Apresentação de Chapas para concorrer à eleição, devendo as mesmas estar completas, com cópia do RG, CPF, comprovante de residência de todos os componentes e a qualificação da diretoria devidamente preenchida; 3° Critérios e normas da eleição; 4° Caso seja apresentada apenas uma chapa, a mesma poderá ser eleita por aclamação. Após a leitura o Presidente da UNAM, Isaldo Torres, iniciou explicando que a presente eleição não foi realizada dentro do prazo indicado devido aos decretos emitidos em virtude da pandemia Covid-19. O Senhor José Semtchuk Lopes, abriu a sessão agradeceu a presença de todos em seguida convidou para compor a mesa o Senhor Isaldo Torres, Presidente da UNAM, que agradeceu o convite e colocou a UNAM a disposição de todos, falou da finalidade em organizar uma associação, falou da importância da união e da organização dos membros, em seguida leu o edital e foi aprovada a pauta do dia. 1°- Leitura e Aprovação da Prestação de contas; depois de lido, debatido e sanado todas as dúvidas o mesmo foi aprovado na integra sem emendas por unanimidade. 2°- Apresentação de Chapas; foi apresentada apenas uma chapa para concorrer à eleição, após lida e apresentado os componentes da chapa única, a mesma foi eleita por aclamação por todos os presentes para cumprir o mandato de três anos com início em 17/02/2024 a 17/02/2027 (dezessete de fevereiro de dois mil e vinte e quatro a dezessete de fevereiro de dois mil e vinte e sete) com direito a reeleição. Segue abaixo a diretoria recém-eleita e empossada. Diretoria executiva Presidente: Luiz Renato Silvério Novakoski, Brasileiro, Motorista, Casado, portador do RG: 6.791.497-0- SESP-PR e inscrito no CPF: 024.793.849-18, residente e domiciliado na Rua: Santa luzia, 182, Roseira, São Jose dos Pinhais - PR. Vice-Presidente: Paulo Sergio Machado, Brasileiro, Eletricista, Casado, portador do RG: 5.868.928-9-SESP-PR e inscrito no CPF: 874.197.349-68, residente e domiciliado na Rua: São Sebastião, 199, Roseira, São Jose dos Pinhais - PR. 1° Secretária: Paulo Slobogian, Brasileiro, Pintor Automotivo, Casado, portador do RG: 7.683.744-9 –SESP-PR e inscrita no CPF: 005.023.279-79, residente e domiciliada a Rua: Zila de Oliveira, 146, Roseira, São Jose dos Pinhais - PR. 2° Secretária: Relindes Machado de Almeida, Brasileira, Auxiliar de lavanderia, Casada, portadora do RG: 8.253.091-6-SESP-PR e inscrita no CPF: 036.771.119-27, residente e domiciliada na Rua: Zila de Oliveira, 146, Roseira, São José dos Pinhais - PR. 1° Tesoureira: Elizangela Aparecida dos Santos Novakoski, Brasileira, Auxiliar Odontológica, Casada, portadora do RG: 8.477.833-8-SESP-PR e inscrita CPF: 006.899.279-32, residente e domiciliada na Rua: Rua Santa Luzia,182, Roseira, São José dos Pinhais, PR. 2° Tesoureira: Bruna Gabriele Slobogian, Brasileira, Enfermeira, Solteira, portadora do RG:14.337.845-4-SESP-PR e inscrita no CPF: 121.451.709-95, residente e domiciliada na Rua: Zila de Oliveira,146, Roseira, São José dos Pinhais, PR. Presidente do Conselho Fiscal: Andréia dos Santos Matias, Brasileira, Auxiliar de Logística, Casada, portadora do RG: 10.905.793-2-SESP-PR e inscrita no CPF:082.723.749-94, residente e domiciliada na Rua Noel Rosa,260, Jardim Santana, São José dos Pinhais, PR. Membro do Conselho Fiscal: Altair Ribeiro Kaizer, Brasileira, Comerciante, Casado, portador do RG: 4.957.524-6-SESP-PR e inscrito no CPF:865.033.169-68, domiciliado na Rua: Santo Antonio, 380, Roseira, São José dos Pinhais, PR. Membro do Conselho Fiscal: Júlio Cesar Maciel, Brasileiro, Auxiliar de produção, Casado, portador do RG: 8.305.333-0-SESP-PR inscrito no CPF: 006.848.299-08, domiciliado na Rua: Professora Dorinha Juck Cortes, 255, Roseira, São José dos Pinhais, PR. Membro do Conselho Fiscal: Ana Paula Harrott, Brasileira, Do lar, Casada, portadora do RG: 9.307.470-0-SESP-PR e inscrita no CPF: 062.146.709-08, domiciliada na Rua: Santo Antônio, 197, Roseira, São José dos [illegible] PR.Membro do Conselho Fiscal: Elisângela Proença Ribeiro, Brasileira, Costureira, Casada, portadora do RG: 7.344.304-0-SESP-PR e inscrita no CPF: 035.672.529-41, domiciliada na Rua: Santa Efigênia, 557,

Roseira, São José dos Pinhais, PR. Membro do Conselho Fiscal: Alexsandro Miranda, Brasileira, Autônomo, Casado, portador do RG: 10.275.607-0-SESP-PR e inscrito no CPF: 066.954.799-92, domiciliado na Rua: São Lucas, 338, Roseira, são José dos Pinhais, PR. Em Seguida o Senhor Luiz Renato Silvério Novakoski, presidente ora eleito e empossado, agradeceu a presença e o voto de confiança de todos, e pediu a união e a colaboração para juntos trabalharmos em prol de nossa comunidade. Nada mais havendo a tratar às dezessete oras e trinta minutos, Senhor Isaldo Torres presidente UNAM, deu por encerrada a assembleia, ata que foi lavrada por mim Paulo Slobogian, 1° Secretário da Associação, que fui convidado a secretariar a assembleia Geral, ata que após lida e aprovada vai assinada por mim e pelo presidente.

São José dos Pinhais, 17 de fevereiro de 2024.

Luiz Renato Silvério Novakoski
Presidente
CPF: 024.793.849-18

Paulo Slobogian
1° secretário
CPF: 005.023.279-79

Cartório de Registro Civil, Titulos e Documentos de São josé dos Pinhais
Rua Norberto de Brito, 1435, Cidade Jardim, São José dos Pinhais - PR
CEP 83005-290
Fone : (41) 3146-5129 Whatsapp: (41)99633-6237
e-mail : titulosedocumentosjp@gmail.com
Oficial - Thaiz Singer Kuhn

Registrado sob nº 752 e Arquivado sob o Livro A-221 e PDF nº 483 em 11/06/2024. O presente documento foi protocolado em Pessoa Jurídica e digitalizado sob nº 10.531, na data abaixo. Partes: ASSOCIAÇÃO PROJETO SOCIAL VILA NOVA . São José dos Pinhais Pr, 11/06/2024 Selo nº SFTD1teMLnMY4eXL4yJI1134 Consulte em http://horus.funarpen.com.br/consulta Custas: Emolumentos: R$27,70(VRC 3,00) Funrejus: R$11,07, ISSQN: R$0,55, FUNDEP: R$1,38, Selo: R$5,50, Distribuidor: R$10,78 , Digitalização: R$14,94. Total: R$ 71,92

Valdinei Simões Custódio
Escrevente Autorizado
DOCUMENTO REGISTRADO POR MEIO ELETRÔNICO

ESTATUTO SOCIAL DE ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS

CAPITULO I- DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE, DOS OBJETIVOS E OUTRAS DISPOSIÇÕES.

Art. 1°. ASSOCIAÇÃO PROJETO SOCIAL VILA NOVA, doravante denominada Associação, é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de associação civil sem fins lucrativos, regida pelas normas expressas neste estatuto e por aquelas contidas na legislação brasileira.

Parágrafo único. As atividades da Associação caracterizam-se por seu cunho esportivo, filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional, sem qualquer caráter partidário.

Art. 2°. Sua sede e foro encontram-se localizados no seguinte endereço: Rua das Piscinas, 326/386, Roseira, São Jose dos Pinhais, Paraná.

Parágrafo único. De acordo com a conveniência de suas atividades, a Associação poderá manter escritórios ou representações em outras localidades, cuja instalação dependerá dos termos deliberados em Assembleia Geral.

Art. 3°. A Associação é constituída por prazo indeterminado.

Art. 4°. São objetivos da Associação:

Defender os interesses dos moradores da região de abrangência da associação assim como desenvolver as atividades esportivas, culturais e desenvolvimento psicossocial de jovens e adultos com formação cívica.

Art. 5°. No desenvolvimento de suas atividades, a Associação não fará distinções de gênero, orientação sexual, cor, etnia, religião, condição social, posicionamento político ou quaisquer outras que se mostrem discriminatórias ou vexatórias.

Paragrafo único. Ao longo de seu funcionamento, deverão, ainda, ser observados pela Associação os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da eficiência.

Art. 6°. O exercício social iniciar-se-á em 1° de janeiro e será finalizado em 31 de dezembro, em conformidade ao ano civil.

Art. 7°. A critério da Assembleia Geral, a organização e o funcionamento da Associação poderão, ainda, ser regulados através de Regimento Interno, a ser aprovado por este órgão.

CAPÍTULO II - DO QUADRO SOCIAL E DAS RESPONSABILIDADES DOS ASSOCIADOS

Art. 8°. A Associação será composta por número ilimitado de associados, exclusivamente pessoas físicas, que serão admitidas através do seguinte procedimento:

Sendo morador da região de atuação da Associação, por ficha de acesso ou carta convite;

Art. 9°. Os associados serão distribuídos nas seguintes categorias:

a) Associados fundadores: pessoas presentes no momento de fundação da Associação, que tenham participado da Assembleia Geral de sua constituição e cuja assinatura esteja registrada na respectiva atam;

b) Associados efetivos: pessoas que se engajem, ativa e regularmente, nas atividades desenvolvidas pela Associação e que se disponham para a consecução de seus fins;

c) Associados contribuintes: pessoas que contribuam financeiramente com quantias, bens, direitos para a manutenção da Associação;

d) Associados honorários: pessoas que, no exercício de suas atividades particulares ou profissionais, tenham se destacado no campo de atuação da Associação, colaborando para a realização de seus fins.

Art. 10°. São deveres do associado:

I. Respeitar e observar as disposições deste estatuto, bem como demais normas aprovadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho Diretor ou previstas na legislação brasileira;

II. Agir com decoro e com respeito em relação à Associação;

III. Cooperar para a efetivação dos objetivos da Associação e para o seu fortalecimento;

IV. Quitar as suas contribuições pecuniárias periódicas, caso existam, de acordo com as datas e as quantias determinadas pela Assembleia Geral;

V. Participar de maneira ativa, compromissada e zelosa das comissões de trabalho e demais atividades para as quais tenha sido designado;

VI. Exercer com responsabilidade os cargos para o quais tenha sido indicado para a Assembleia Geral, inclusive e especialmente aqueles de administração e fiscalização.

Art. 11. São direitos do associado:

I. Participar das atividades da Associação;

II. Apresentar propostas de atividades ou programas compatíveis com os objetivos da Associação;

III. Participar das principais deliberações da Associação, através de sua Assembleia Geral, com direito a voz e a voto.

Parágrafo único. Somente os associados fundadores, os efetivos e os contribuintes poderão se candidatar e ser eleitos membros do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal.

Art. 12. Salvo quando expressamente autorizados pelo Conselho Diretor ou pela Assembleia Geral, os associados não poderão pronunciar-se em nome da Associação, representá-la em qualquer circunstância que seja ou contrair obrigações a serem por ela cumpridas.

Art. 13. Os associados, de qualquer das categorias supra-mencionadas, não responderão individualmente, de maneira solidária ou subsidiária, pelas

obrigações da Associação ou pelos atos praticados pelo Conselho Diretor e demais órgãos deliberativos, administrativos e fiscalizatórios.

Art. 14. O associado poderá ser desligado da Associação:

I. A qualquer momento, por sua vontade, mediante requisição de demissão dirigida ao Conselho Diretor, desde que não esteja em débito com suas obrigações;

II. Por exclusão devidamente analisada pelo Conselho Diretor;

III. Pela dissolução da Associação;

IV. Pelo seu falecimento.

Art. 15. A exclusão mencionada no inciso II do artigo anterior será decidida pelo Conselho Diretor, após realizado procedimento disciplinar interno, no qual tenham sido garantidos ao associado-acusado a ampla defesa e o contraditório e cuja conclusão demonstre ter ocorrido pelo menos uma das seguintes hipóteses de exclusão por justa causa:

I. Praticar atos lesivos à Associação, que podem provocar-lhe prejuízo moral ou material;

II. Descumprir as normas contidas neste estatuto ou decididas em Assembleia Geral ou pelo Conselho Diretor;

III. Deixar de arcar com as parcelas de contribuição associativa, nos termos previstos pelo Regulamento Interno e pelos órgãos de deliberação, administração e fiscalização;

IV. Apresentar conduta incompatível com os objetivos da Associação, tais como a prática de atividades criminosas ou ilícitas.

§ 1o. O procedimento de exclusão será instaurado pelo Conselho Diretor, mediante requisição de qualquer associado.

§ 2o. O Conselho Diretor deverá averiguar as alegações apresentadas contra o associado acusado, inclusive notificando-o para a apresentação de defesa, e,

após deverá elaborar o relatório final sobre o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do início de sua tramitação.

§ 3o. Concluído o procedimento disciplinar, o Conselho Diretor poderá optar pela expulsão ou aplicação de outras penalidades, a depender das circunstâncias do caso. Notificado desta decisão, o associado-acusado poderá recorrer à Assembleia Geral, no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 4o. A confirmação da expulsão do associado dependerá do voto favorável da maioria simples dos associados presentes na Assembleia Geral.

CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 16. São órgãos de deliberação, de administração e de fiscalização da Associação:

I. A Assembleia Geral dos associados;

II. O Conselho Diretor;

III. O Conselho Fiscal.

Seção 1 - Da Assembleia Geral

Art. 17. A Assembleia Geral constitui-se no órgão máximo de deliberação da Associação e será composta por todos os associados regularmente registrados independente de sua categoria, desde que em dia com as suas obrigações.

Art. 18. A Assembleia Geral se reunirá, no mínimo, uma vez ao ano, nos 4 (quatro) meses seguintes a finalização de cada exercício fiscal, para:

I. Apreciar o relatório anual de atividades, o balanço patrimonial e demais documentos relativos aos movimentos financeiros e contábeis do período;

II. Eleger os membros do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal, findo o seu mandato;

III. Apreciar o plano de ação anual proposto pelo Conselho Diretor.

Parágrafo único. No caso do inciso II, a Assembleia Geral Ordinária deverá ser realizada com antecedência mínima de 30 (trinta) e máxima de 60 (sessenta)

dias, a contar da data em que se finaliza o mandato dos membros do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal

Art. 19. A Assembleia Geral poderá, ainda, ser convocada a se reunir extraordinariamente, a qualquer tempo, sempre que os interesses da Associação o exigirem e, especialmente, para tratar das seguintes questões:

I. Propor e apreciar alterações neste estatuto social

II. Destituir membros do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal;

III. Instituir e modificar o Regulamento Interno e outras normas da Associação;

IV. Decidir sobre a dissolução da Associação;

V. Decidir sobre o recurso interposto contra decisão do Conselho Diretor que determinou a exclusão de associado;

VI. Deliberar sobre a contribuição financeira dos associados;

VII. Autorizar a alienação ou a oneração, a qualquer título, de bens patrimoniais da Associação;

VIII. Deliberar sobre a instauração de novos escritórios, representações ou unidades da Associação, além das expressamente mencionadas neste estatuto.

Art. 20. A convocação da Assembleia Geral será realizada pelo Conselho Diretor e, se inerte este, pelo Conselho Fiscal ou por pelo menos 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos seus direito

§ 1°. Os associados deverão ser convocados com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência da realização da Assembleia Geral

§ 2°. A convocação conterá indicações precisas do local, da data e do horário em que ocorrerá a Assembleia Geral, bem como das pautas que serão nela discutida.

§ 3°. A convocação será realizada por meio do seguinte meio:

Ligação telefônica, Watsapp, Email, Edital fixado em lugares Públicos de grande circulação no bairro de atuação.

Art. 21. Para a instalação da Assembleia Geral, será necessária a presença de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos associados, em primeira chamada. Na segunda chamada, que será realizada após decorridos, no mínimo, 30 (trinta) minutos do horário marcado para o início, a Assembleia Geral será instaurada com qualquer número de presentes, exceto nos casos em que outro quorum seja exigido.

Art. 22. Salvo disposições em contrário, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples dos presentes.

Seção 2 - Do Conselho Diretor

Art. 23. O Conselho Diretor constitui-se em órgão colegiado, de natureza executiva e administrativa, responsável por formular e organizar as atividades da Associação.

Art. 24. Eleito em Assembleia Geral, o Conselho Diretor será formado por 03 (três) membros e será dividido, no mínimo, nos seguintes cargos:

a) Diretor-Presidente;

b) Tesoureiro;

c) Secretário

Art. 25. O mandato dos membros eleitos para o Conselho Diretor será de: 3 ANOS, sendo permitida a reeleição por até 1 (uma) vez, por períodos iguais e consecutivos.

Art. 26. São atribuições do Conselho Diretor, dentre outras que lhe forem designadas pela Assembleia Geral:

I. Coordenar e dirigir as atividades gerais da Associação.

II. Celebrar convênios com a iniciativa privada ou com o poder público, nacionais ou internacionais, buscando realizar os fins da Associação;

III. Formar comissões especiais de trabalho, quando estas forem necessárias às atividades da Associação;

IV. Elaborar e apresentar à Assembleia Geral o relatório anual de atividades, o balanço patrimonial e demais documentos relativos aos movimentos financeiros e contábeis da Associação durante o exercício fiscal anterior;

V. Elaborar e apresentar à Assembleia Geral o plano de ação anual, com previsão de despesas e de receitas para o exercício fiscal seguinte;

VI. Elaborar a prestação de contas, sempre que requisitada por parceiros públicos ou privados;

VII. Receber o pedido de demissão dos associados e tomar as providencias cabíveis;

VIII. Instaurar procedimento disciplinar para averiguar possíveis condutas gravosas dos associados, podendo, ao final, estabelecer-lhes penalidades, inclusive a expulsão;

IX. Convocar a Assembleia Geral;

X. Cumprir e fazer cumprir este estatuto, bem como as suas próprias deliberações e aquelas proferidas pela Assembleia Geral

XI. Representar e defender os interesses dos associados;

XII. Administrar os bens patrimoniais da Associação;

XIII. Contratar e demitir funcionários, de acordo com Associação as necessidades da associação.

Art. 27. O Conselho Diretor se reunira

I. Ordinariamente, pelo menos uma vez a cada 3 (três) meses;

II. Extraordinariamente, sempre que houver necessidade ou interesse da Associação.

Paragrafo único. A convocação para as reuniões será feita pelo Diretor-Presidente da Associação ou por 50% (cinquenta por cento) dos membros do Conselho Diretor.

Art. 28. Compete ao Diretor-Presidente:

I. Representar ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente a Associação, sempre que notificado ou quando for conveniente aos interesses desta;

II. Presidir a Assembleia Geral e o Conselho Diretor;

III. Nomear procuradores e delegar poderes, para fins específicos, quando houver necessidade;

IV. Executar demais funções a ele designadas pela Assembleia Geral ou pelo Conselho Diretor.

Art. 29. Compete ao Secretário:

I. Organizar e coordenar os serviços de secretaria;

II. Manter, sob sua guarda e responsabilidade, os livros e demais documentos relativos à secretaria;

III. Secretariar as reuniões do Conselho Diretor e a Assembleia Geral, redigindo e subscrevendo as suas respectivas atas.

IV. Responsabilizar-se pelos serviços de relações públicas e de divulgação da Associação, prestando os devidos esclarecimentos e mantendo contato constante com órgãos de imprensa e de comunicação;

V. Executar demais funções a ele designadas pela Assembleia Geral ou pelo Conselho Diretor.

Art. 30. Compete ao Tesoureiro:

I. Organizar e coordenar os serviços de tesouraria e de contabilidade, zelando por sua transparência e equilíbrio orçamentário;

II. Manter sob sua guarda os livros e demais documentos relativos à tesouraria;

III. Arrecadar a receita e realizar o pagamento das despesas;

IV. Apresentar relatórios de receitas e despesas sempre que solicitado;

V. Executar demais funções a ele designadas pela Assembleia Geral ou pelo Conselho Diretor.

Seção 3 - Do Conselho Fiscal

Art. 31. O Conselho Fiscal é o órgão colegiado responsável pela fiscalização das contas e das atividades contábeis e financeiras da Associação.

Art. 32. O Conselho Fiscal será formado por 6 (seis) membros, eleitos em Assembleia Geral, juntamente com o Conselho Diretor, para um mandato de 3 ANOS, sendo permitida a reeleição por até 1 (uma) vez, por períodos iguais e consecutivos

Art. 33. São atribuições do Conselho Fiscal:

I. Examinar periodicamente os livros e papéis da Associação e o estado da caixa e da carteira, devendo os membros do Conselho Diretor prestar-lhes todas as informações solicitadas;

II. Avaliar e emitir parecer sobre o relatório anual de atividades, o balanço patrimonial e demais documentos relativos aos movimentos financeiros e contábeis da Associação;

III. Avaliar e emitir parecer sobre o plano de ação anual elaborado pelo Conselho Diretor, opinando sobre as despesas e as receitas nele contidas;

IV. Denunciar imediatamente a Assembleia Geral os erros, fraudes ou crimes verificados, sugerindo providências úteis a Associação;

V. Opinar sobre despesas extraordinárias.

Art. 34. O Conselho Fiscal se reunirá:

I. Ordinariamente, pelo menos uma vez a cada 3 (três) meses;

II. Extraordinariamente, sempre que houver necessidade ou interesse da Associação.

Parágrafo único. A convocação para as reuniões será feita pelo Diretor-Presidente da Associação ou por 50% (cinquenta por cento) dos membros do Conselho Fiscal.

Seção 4 - Das eleições

Art. 35. A organização das eleições ficará a cargo do Conselho Diretor, que deverá designar uma Comissão Eleitoral, composta de 3 (três) ou mais associados isentos, que não estejam concorrendo aos cargos competidos.

Art. 36. Para se candidatarem aos cargos, os associados deverão se organizar em chapas.

Art. 37. A Comissão Eleitoral divulgará, com a antecedência necessária, edital de convocação em que estarão especificadas as datas de inscrição de chapas, de campanha eleitoral e de votação, dentre outras questões relevantes.

Art. 38. A votação será secreta.

Art. 39. Pelo exercício dos cargos mencionados neste capítulo, não serão atribuídas aos associados remunerações, de qualquer espécie ou natureza.

Art. 40. Os associados que, devidamente eleitos em Assembleia Geral, ocupem os cargos mencionados neste capítulo poderão ser destituídos, com justa causa, mediante a verificação de uma das seguintes hipóteses:

I. Mal uso ou dilapidação do patrimônio social.

II. Abandono do cargo, entendido como a ausência injustificada em 3 (três) reuniões consecutivas do órgão do qual faça parte.

III. Ocupação de outro cargo ou função que seja incompatível com aquele ocupado na Associação.

IV. Prática de atos lesivos à Associação, que podem provocar-lhe prejuízo moral ou material.

V. Desobediência as normas contidas neste estatuto ou decididas em Assembleia Geral ou pelo Conselho Diretor.

VI. Conduta incompatível com os objetivos da Associação, tais como a prática de atividades criminosas ou ilícitas.

§ 1o O procedimento de destituição será instaurado pela Assembleia Geral, mediante requisição do Conselho Fiscal, de qualquer membro do Conselho Diretor ou de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos associados.

§ 2o. A Assembleia Geral designará comissão especial composta por 3 (três) ou mais associados isentos, que serão responsáveis pela averiguação das alegações apresentadas contra o gestor-acusado, inclusive devendo notificá-lo para a apresentação de defesa, e pela elaboração de relatório final sobre o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do início de sua tramitação.

§ 3o. Concluído o procedimento disciplinar, a Assembleia Geral deverá ser convocada imediatamente, para analisar o relatório final e deliberar sobre a destituição do associado acusado.

§ 4o. A destituição dos membros do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal dependerá do voto favorável de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos associados.

Art. 41. Além das práticas de gestão administrativa descrita neste estatuto, a Associação poderá, ainda, adotar outras que sejam necessárias e suficientes para coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório.

CAPITULO IV - DO PATRIMÔNIO E DA FONTE DE RECURSOS

Art. 42. O patrimônio da Associação será composto e mantido por:

I. Bens móveis e imóveis que lhe tenham sido doados, transferidos ou incorporados ou que tenham sido por ela adquiridos, provenientes de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou internacionais, associadas ou não;

II. Bens e direitos provenientes das rendas patrimoniais ou das atividades exercidas pela Associação;

III. Contribuições dos associados;

IV. Produtos de festivais, campanhas ou outros eventos realizados em prol da Associação;

V. Subvenções ou auxílios governamentais.

Art. 43. A Associação não distribuirá entre seus associados ou entre seus gestores lucros, bonificações ou vantagens, a qualquer título ou de qualquer natureza.

Art. 44. Todo o patrimônio e todas as receitas eventualmente percebidas pela Associação serão aplicadas na realização e no desenvolvimento de seus objetos sociais, incluindo os gastos e bens necessários à sua manutenção e ao seu funcionamento administrativo.

Art. 45. A Associação manterá escrituração contábil de suas receitas e despesas em livros dotados da formalidade necessária para assegurar a sua exatidão, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

CAPITULO V DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 46. A prestação de contas da Associação observara:

a) Os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

b) A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;

c) A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de termos de parceria, conforme previsto em regulamento;

d) A prestação de contas de todos os recebidos será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

CAPITULO VI - DAS ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Art. 47. As cláusulas do presente estatuto social poderão ser modificadas, no todo ou em parte, em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim. Parágrafo único. Para que passem a integrar o texto do estatuto, as modificações propostas deverão ter a aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos associados.

CAPITULO VII - DA DISSOLUÇÃO

Art. 48. A dissolução da Associação poderá ocorrer a qualquer tempo, caso se verifique não ser mais possível a realização de seu objeto social ou a continuação de suas atividades.

Art. 49. Em qualquer hipótese, a dissolução da Associação será deliberada em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim e dependerá da aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos associados.

Art. 50. Em caso de dissolução, o patrimônio social eventualmente remanescente deverá ser doado a instituição sem fins lucrativos com objetos e atividades similares á da presente Associação e com atuação na mesma região.

Parágrafo único. Inexistente instituição com estas especificações, a Assembleia Geral deverá definir o destino do patrimônio remanescente.

Art. 51. Caso a Associação venha a ser qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da Lei Federal n. 9.790, de 23 de março de 1999, o patrimônio social eventualmente remanescente após a sua dissolução será doado a instituição igualmente qualificada por esta lei.

Parágrafo único. Ainda que não seja dissolvida, se a Associação vier a perder a sua qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, o acervo patrimonial disponível que tenha sido adquirido com recursos públicos, durante o período em que persistiu aquela qualificação, deverá ser transferido a outra pessoa jurídica, qualificada nos termos daquela lei, que apresente preferencialmente, o mesmo objeto social.

CAPITULOS VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 52 Os casos omissos serão decididos pelo Conselho Diretor e referendados pela Assembleia Geral.

Art. 53 O presente estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral e revogara todas as disposições contrarias.

Estatuto social aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em SAO JOSE DOS PINHAIS, Paraná, na data de 27 de março de 2022,

Conforme ata e lista de presença em anexo.

Presidente da Associação

Paulo Slobogian

Advogado constituido

José Luis Possebon Oab/Pr 76.447

SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURA
TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURIDICAS D
SÃO JOSE DOS PINHAIS - PARANA

Registrado sob nº 752 e Arquivado sob o PDA nº 590 e
27/05/2022. O presente documento foi protocolado em Pess
Jurídica e digitalizado sob nº 9.646, na data abaixo. Parte
ASSOCIAÇÃO PROJETO SOCIAL VILA NOVA . São Jose d
Pinhais, P., 27/05/2022. Selo n
1134M1pqdPKaYp9AWqF2J47mW Consulte em
http://ioru.funarpen.com.br/consulta. Custas: Emolumentos
R$73,80(VRC 300,00). Funrejus: R$9,92, ISSQN, R$1,4
FUNCEP: R$3,69, Selo: R$1,50, Distribuidor: R$1,6
Diligência: Não Incide, Fotocópia: R$3,47, Microfilme: R$3,
Total: R$109,00

Fernando de Almeida Silva - Escrevente
DOCUMENTO REGISTRADO
POR MEIO ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - https://www.assembleia.pr.leg.br

INFORMAÇÃO Nº 3993/2026

Informo que esta proposição foi apresentada na **Sessão Ordinária do dia 05 de maio de 2026** e foi autuada como **Projeto de Lei n.º 450/2026.**

Denise Vasconcelos
Mat. 1041291

DENISE BARBOSA VASCONCELOS

Documento assinado eletronicamente em 05/05/2026, às 16:08, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **3993** e o código CRC **1A7F7F8E0A0B8CE**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - https://www.assembleia.pr.leg.br

INFORMAÇÃO Nº 4082/2026

Informo que, revendo nossos registros em busca preliminar, constata-se que a presente proposição não possui similar nesta Casa.

Cristiane Melluso
Mat. 24.524

ASSINATURA ELETRÔNICA

CRISTIANE REGINA CLETO MELLUSO

Documento assinado eletronicamente em 06/05/2026, às 17:57, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **4082** e o código CRC **1D7F7D8C1D0F1EA**

DESPACHO - DL Nº 1513/2026

Ciente;

Encaminhe-se à Consultoria Legislativa.

Dylliardi Alessi
Diretor Legislativo

DYLLIARDI ALESSI

Documento assinado eletronicamente em 11/05/2026, às 17:08, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **1513** e o código CRC **1A7F7A8B1D0A1AF**

CERTIDÃO Nº 39/2026

Certifico que a Nota Técnica ao Projeto de Lei nº 450/2026 foi **acolhida integralmente** pelo Excelentíssimo Deputado Paulo Gomes, tendo apresentado novo texto da proposição em substituição ao texto original, nos termos do § 4º do art. 156 do Regimento Interno:

> Art. 156. Caso entender necessário, a Diretoria Legislativa, no prazo do § 2º do art. 155 deste Regimento, poderá emitir nota técnica às proposições visando à adequação à legislação sobre técnica legislativa.
>
> § 4º Em caso de acolhimento integral ou parcial da nota técnica pelo autor da proposição, este apresentará o novo texto da proposição, o qual substituirá o original, sem configurar emenda, prosseguindo-se sua tramitação.

Observa-se que a emissão de Nota Técnica tem por objetivo aprimorar o conteúdo e a forma das proposições apresentadas pelos Excelentíssimos Deputados, de modo a padronizar a técnica legislativa neste Parlamento.

Ademais, as alterações sugeridas pela Consultoria Legislativa buscam evitar emendas corretivas desnecessárias às proposições, o que pode vir a acelerar a tramitação dos Projetos de Lei.

Por fim, observa-se que a Nota Técnica emitida pela Consultoria Legislativa não visa se manifestar quanto ao mérito nem eventuais inconstitucionalidades ou ilegalidades, bem como não tem o intuito de alterar o objeto das proposições.

Fernanda Piccoli Klaime

Analista Legislativa

ASSINATURA ELETRÔNICA

FERNANDA PICCOLI KLAIME DE SOUZA

Documento assinado eletronicamente em 19/05/2026, às 13:10, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **39** e o código CRC **1B7E7E9A2F0A6DA**

INFORMAÇÃO Nº 4405/2026

Projeto de Lei n°: 450/2026

Interessado: ASSOCIAÇÃO PROJETO SOCIAL VILA NOVA

Assunto: Concessão do Título de Utilidade Pública

Em conformidade com a Lei nº 17.826, de 13 de dezembro de 2013, que regulamenta a concessão do título de utilidade pública no Paraná, informa-se que é necessário anexar ao processo legislativo os seguintes documentos:

1. Certidão Liberatória emitida pelo Tribunal de Contas do PR;

3. Declaração do Presidente informando a inexistência de remuneração a dirigentes, com assinatura digital. A declaração não deve conter RG, CPF, endereço ou telefone da pessoa física.

4. Declaração de recebimento ou não de verbas públicas, com assinatura digital. Em caso positivo, informar o valor recebido e sua destinação. Não incluir RG, CPF, endereço ou telefone da pessoa física.

5. Certidão de Vigência da Lei Municipal de Utilidade Pública da entidade, expedida pela Câmara Municipal ou pela Prefeitura, com a finalidade de comprovar que a referida norma permanece em vigor. A declaração não pode conter dados pessoais de pessoas físicas.

6. Ata de posse da atual diretoria, com número de registro legível, omitindo dados pessoais das pessoas naturais devidamente anonimizados/tarjados (como CPF, RG, endereço ou telefone , etc. -tarjar-PDF24).

7. Declaração do Deputado autor do Projeto de Lei, atestando que conhece a entidade e que os documentos juntados conferem com os respectivos originais, conforme INFOLEP – Ação 291, Tipo 26, Modelo 45. Ressalta-se que este documento deverá ser elaborado e assinado pelo próprio Parlamentar.

8. Relatório de atividades e serviços relevantes prestados à coletividade nos últimos 12 meses entre maio de 25 e maio de 2026, apresentado mês a mês, com datas e assinatura digital do Presidente, vedada a inclusão de dados pessoais de pessoas físicas (RG, CPF, endereço, telefone etc.).

9. Constata-se que o **artigo 50º § único é incompatível** com o disposto no artigo 1º, inciso VI da Lei nº 17.826/2013. Recomenda-se, portanto, sua adequação, a fim de viabilizar a concessão da honraria."

10. Proceda-se à anonimização dos documentos constantes às fls. 7 , 9 e 10 do PL que contenham dados pessoais sensíveis expostos ao público, por estarem em desacordo com a legislação vigente, especialmente com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018). Alternativamente, caso não seja possível a anonimização, proceda-se ao cancelamento dos referidos documentos e à sua substituição por versões devidamente anonimizadas.

Dessa forma, aguardam-se as providências necessárias para o regular prosseguimento do pedido de concessão do título de utilidade pública.

Curitiba, 19 de maio de 2026.

Cordialmente.

Cristiane Melluso
Mat. 24.524

ASSINATURA ELETRÔNICA

CRISTIANE REGINA CLETO MELLUSO

Documento assinado eletronicamente em 19/05/2026, às 17:02, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **4405** e o código CRC **1B7F7A9F2F2A0AC**